

Francisco Dias
J. Mendes
Manuel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 51

Aos dezasseis dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Junho, sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, António dos Santos Costa, Primeiro Secretário e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Segundo Secretário e com a presença dos Vogais, Rogério da Silva Leitão, Albertino Moreira de Oliveira, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Fernando dos Santos Manata, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva e António José Lopes Lobo.

Pelas 21,00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais José Carlos da Silva Neves, ✓ Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, ✓ Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, ✓ Carlos Vicente Ferreira, ✓ Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, ✓ António Rocha Dias de Andrade, ✓ José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, ✓ João Nogueira Leite, ✓ Manuel Simões Madail, ✓ Fernando Augusto de Oliveira, ✓ Manuel Tavares Duarte, ✓ Armando Manuel Dinis Vieira, ✓ Manuel Branco Pontes, ✓ António Norberto da Silva Correia, ✓ Amândio Ferreira Canha Júnior ✓ e Libério da Silva Santos. ✓

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Rogério da Silva Leitão, Artur José Lopes Lobo, António Ferreira da Silva, Elias Vieira, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes e Manuel Simões Madail, que foram

Thury
Wesley
OK 2.

aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra, o Presidente deu conhecimento à Assembleia de um voto de protesto aprovado pela Assembleia Municipal da Figueira da Foz e que se transcreve:"

VOTO DE PROTESTO

- Considerando que o sistema adoptado pela Associação Nacional de Farmácias, no que respeita ao funcionamento dos serviços permanentes de Farmácias, não satisfaz mínimamente a Comunidade da área urbana da nossa cidade, com a abertura permanente de apenas uma Farmácia de Serviço Permanente na área urbana, por noite, Domingo ou feriado;

- Considerando que tal sistema de funcionamento apenas traz proveito para os proprietários das Farmácias, em nítido prejuízo para os utentes ou utilizadores;

- Considerando que, em muitas noites os Municípios utilizadores dos Serviços das Farmácias têm que percorrer vários quilómetros para comprar os medicamentos;

- Considerando que, quer os residentes na cidade, quer os residentes em Buarcos ou São Pedro e seus limites, que apenas têm uma Farmácia de Serviço ou na Gala, ou em Buarcos ou na cidade;

- Considerando que a certas horas a rede de transportes é inexistente e que, para a maioria das pessoas, só de Táxi poderão ir adquirir os medicamentos.

- O que torna muito onerosa e inacessível à grande maioria dos utilizadores;

- Considerando que há urgente necessidade de alterar a regulamentação da obtenção de alvarás de Farmácia, para assim poder beneficiar os utilizadores das Farmácias;

- Considerando que apesar dos vários protestos já feitos, as entidades competentes não resolveram o problema;

- Considerando que as populações da área urbana da cidade têm necessidade de ser melhor servidas;

- Considerando que há necessidade de, pelo menos, se encontrarem todas as noites, domingos e feriados, duas Farmácias abertas em Serviço Permanente.

Proponho que esta Assembleia Municipal aprove um VOTO DE PROTESTO pela forma como tal sistema está a funcionar

Thiny
Jr
July

e que do mesmo se dê conhecimento à Associação Nacional de Farmácias, à Ministra da Saúde, à Assembleia da República, tendente à alteração do esquema vigente, a bem das populações utentes.

Proponho ainda que se dê público conhecimento da aprovação deste Voto de Protesto a todos os Órgãos de Comunicação Social e a todas as Assembleias Municipais do País. "

Continuando no uso da palavra o Presidente deu nota à Assembleia de que a Câmara Municipal de Aveiro, recebeu um convite do Município de Oyta, no Japão, para fazer deslocar uma embaixada representativa de Aveiro, àquela cidade irmã, composta pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo Presidente da Assembleia Municipal e um Vereador. Disse ainda que o Município em reunião de Câmara deliberou fazer essa deslocação e compartilhar numa pequena parte nas ajudas de custo dessa deslocação, dado que a estadia no Japão, será a expensas do Município deste País.

Seguidamente o Presidente submeteu à consideração da Assembleia a votação da existência ou não de período de antes da ordem do dia, tendo-se esta pronunciado por dez votos a favor e oito abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal António Ferreira da Silva, para se reportar a uma notícia publicada num semanário, que alertava para irregularidades na construção dos edifícios situados à entrada do Parque de Exposições e Feiras. Dado ter ouvido várias versões contraditórias àcerca do assunto, inclusivamente no seio da Câmara, manifestou o desejo de que fossem dadas a esta Assembleia os esclarecimentos necessários tendo em vista desfazer possíveis equívocos àcerca do problema.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Mendonça para alertar uma situação que reputa de grande perigosidade e que se passa na Av. 25 de Abril, resultante da abertura da Ponte. Concretamente pretende que a Câmara tome medidas tendentes

Thyng
May 4.

a fechar a saída do Parque de estacionamento existente entre as duas Torres e que dá para a referida Avenida, dado tratar-se de um ponto de confluência bastante crítico e que pode originar a qualquer momento acidentes pessoais.

Usou também da palavra o Vogal José Luís Christo para referir dois breves pontos: o primeiro aludindo ao facto de ser esta a primeira reunião da Assembleia Municipal que se realiza, após os trágicos acontecimentos ocorridos em Lisboa e que destruíram toda a zona do Chiado; pese embora o facto,

imagina que a Câmara Municipal de Aveiro terá tomado já deliberação no sentido de manifestar o seu pesar pelo ocorrido. Sugeriu também que a Assembleia Municipal de Aveiro ou a Mesa da mesma manifeste também o seu voto de pesar ao correspondente Órgão Autárquico da Câmara Municipal de Lisboa.

No que se refere ao segundo ponto, informou que o rastilho laçado no que se refere aos Acessos ao Porto de Aveiro, está a aumentar e a engrossar. Pediu seguidamente aos membros da Assembleia que tomem consciência dos problemas que podem efectivamente resultar, não apenas para Aveiro, como também para as Gafanhas, para Ílhavo e para a Ria de Aveiro; se os acessos oficiais vierem a consumir-se. Concluindo a sua intervenção dizendo que "somos todos responsáveis se vier a consumir-se o traçado oficial".

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para solicitar esclarecimentos àcerca da deslocação de uma delegação da Câmara Municipal de Aveiro a Oyta; nomeadamente quis saber qual o critério usado na definição dos elementos que compõem essa delegação e qual o ponto da situação neste momento.

Seguidamente e dado que se avizinha o período estival e conseqüentemente o afluxo turístico focou aspectos relacionados com os espaços para peões na cidade de Aveiro e concretamente Praça de Melo Freitas, Combatentes da Grande Guerra, que continuam absolutamente sem um retoque, o que disse lamentar dado que várias vezes foi chamada atenção para o problema nesta Assembleia. Referiu ainda o facto de Aveiro ser das cidades que

Thurley
5.
M...

conhece, aquela que claramente tem menos espaços reservados aos peões e não entende, porque, pelo menos estes dois locais que foram focados e a exemplo do que tem sido feito noutras cidades, não se tenha avançado minimamente com soluções tendentes à resolução de tão premente problema.

Usou seguidamente da palavra o Presidente da Câmara, Girão Pereira, que começou por pedir desculpas aos membros da Assembleia, pelo atraso com que chegou à mesma, dado que motivos de força maior o impediram de estar presente à hora previamente estabelecida.

Abordando seguidamente a questão vinda à estampa no semanário "Expresso" e relativa à construção dos edifícios à entrada do Parque de Exposições e Feiras, da responsabilidade da Firma "Construções Venezuela, Lda", referiu o seguinte: - ... a notícia do Expresso, tem alguma razão e alguns fundamentos e tenho que assumir algumas das críticas que veem no Expresso. Prossequindo disse que o terreno onde estão implantadas as construções, foi vendido numa altura em que o Município se debatia com grandes dificuldades de Tesouraria. Tornava-se necessário desmobilizar capital financeiro e talvez um pouco precipitadamente a Câmara vendeu aquele terreno em hasta pública. Na verdade, quando se diz precipitadamente não o foi na verdadeira acepção da palavra - na medida em que a Câmara estava de posse de informações que indicavam estarem reunidas condições para o efeito, dado que a "Macroplan" que estava a fazer o Plano daquela zona, tinha fornecido todos os elementos. A verdade é que mais tarde se verificou que isso não acontecia e daí a Câmara assumir algumas culpas nesta venda. Posteriormente a Câmara deu licenciamento de caboucos, já que se tratava de um empreendimento de grande dimensão e dado também a área para a construção ter sido vendida pela Câmara; portanto os caboucos foram licenciados na presunção de que tudo estava certo.

A partir deste momento à uma sucessão de acontecimentos anómalos que não podem de modo nenhum serem imputados à Câmara, mas sim ao Empreiteiro ou Empreendedor, nomeadamente falta de alvará (situação a rever em Aveiro) e no País. Há de facto uma situação anómala em que empreendedores que não tem alvará, adjudicam a construção a terceiros.

Uma nota importante em todo este processo:

Philly
ma 6.

e que poderá dissipar eventuais dúvidas quanto à segurança do Edifício, é o facto de as fundações terem sido feitas por uma empresa especializadíssima do ramo - trata-se da Empresa "TEIXEIRA DUARTE - FUNDAÇÕES".

Quanto à notícia que veio publicada no "Expresso", referiu ser capciosa, tem segundas intenções é malévola e não é correcta - "quando diz que a Judiciária investiga construção de um edifício em Aveiro e fala no comportamento muito dócil da Câmara - acusa subrepticamente nas entrelinhas de que a Câmara tem as mãos sujas neste processo". Senão vejamos - é que a notícia do "Expresso" esconde só isto - é que foi a Câmara que fez a participação-crime. Portanto a Judiciária não está a investigar nada que a Câmara não tivesse participado - "eu próprio votei favoravelmente o envio a Tribunal da participação". Portanto é a Câmara que está na origem da investigação da Polícia Judiciária.

Entretanto a Câmara acabou por não licenciar o edifício, dado que faltavam elementos ao processo de obras, nomeadamente cálculos de betão armado, etc.. Perante o atraso do responsável da obra em entregar os elementos necessários à composição do processo de obras, embargou-se a obra por várias vezes embargos que não foram respeitados pelo empreendedor e daí a Câmara ter enviado a Tribunal a respectiva participação. De salientar também o comportamento prudente por parte do Município, dado que um empreendimento do género que envolve verbas avultadas, na ordem das centenas de milhares de contos, exige consequentemente alguma prudência. Por outro lado a Câmara viu-se na contingência de usar de firmeza, dado que os embargos não estavam a ser cumpridos. A Câmara tentou ter essa firmeza, até como forma de moralizar alguns empreiteiros que desenvolvem a sua actividade no conselho de Aveiro - e a Câmara tem todo o interesse que continuem a investir no conselho, no entanto há que moralizar situações. E quando se houve críticas à Câmara e ao Sector de Obras, gerido directamente pelo Vereador Pires dos Santos, quero aqui manifestar-lhe a minha solidariedade; a verdade é que na Câmara de Aveiro algumas situações foram moralizadas. Referiu ser a primeira vez que publicamente aborda este assunto, e dizer à Assembleia que a Câmara está solidária com o Sector de Obras particulares, nomeadamente com o Vereador Pires dos Santos - podendo às vezes divergir na forma concreta

Handwritten signature and initials
7.

de actuação perante determinados problemas, mas a verdade é que havia sectores que precisavam ser moralizados e foi dentro deste espírito que a Câmara enviou os processos a Tribunal.

Seguidamente fez questão de transmitir à Assembleia Municipal que a Câmara está de mãos limpas em toda esta polémica gerada em torno de todo este processo. Agora o que se lamenta, prosseguiu - é que em Portugal um jornalista tenha a possibilidade de vir afectar de forma grave, futuramente, o empreendedor - propalando que o edifício em causa não tem condições de segurança. A verdade é que contrariando esta afirmação jornalística, existem declarações de Técnicos Responsáveis, apenas ao processo de obras, em que referem que os edifícios oferecem todas as condições de segurança. Em face disto e dado que a empresa entretanto tinha junto ao processo de obras, todos os aditamentos que tinham sido solicitados e ainda declarações de Técnicos, dizendo que o prédio não ameaçava notóriamente a segurança quer das pessoas que lá iriam habitar, quer nomeadamente dos utentes da via pública, a Câmara só teve uma atitude - foi licenciar a obra. Perante esta situação toda, já com o processo em Tribunal, depois da sua participação, a Câmara teve a coragem de licenciar há pouco tempo esta obra. Agora novamente que um jornalista venha afectar de forma grave como veio afectar um empreendimento bom ou mau - que tem erros!... a quem a Câmara tem chamado sistematicamente atenção para esses erros e que têm que começar a ser disciplinados, sobre os quais tem que se desenvolver uma actuação pedagógica e eficaz e com certa firmeza tendente a clarear e a definir as regras do jogo.

A concluir comunicou ao Presidente da Assembleia Municipal, que a Câmara está perfeitamente à vontade em todo este processo. Tendo deliberado na última reunião de Câmara emitir um comunicado, sobre a notícia publicada no "Expresso", até para salvaguardar a imagem dos empreendedores de Aveiro; dado que amanhã corre-se o risco de qualquer empreendedor em Aveiro, estar sujeito a que a concorrência contrate um jornalista para denegrir determinado empreendimento e inventar situações que não são inteiramente exactas. Continuando disse que o processo crime vai continuar; mas o problema da falta de segurança pensa que irá ser afastado do processo.

Seguiram-se pedidos de esclarecimento do Vogal

Carlos Jerónimo, a respeito da continuação ou não dos trabalhos do empreendimento em causa.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, informou que neste momento a obra continua, independentemente da tramitação do processo enviado a Tribunal, dado que foi levantado o embargo por deliberação de Câmara. A obra foi licenciada e vai continuar naturalmente, uma vez que está legalizada, pois foram satisfeitos todos os requisitos que motivaram o embargo. De momento não existem fundamentos para manter a obra embargada referiu.

Usou novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que aludiu ao facto da notícia publicada no "Expresso" referir vários embargos, logo várias diligências para embargar a obra e consequentes notificações ao empreiteiro; lamentou a morosidade de todo este processo por parte da Câmara - "pois lamenta-se que a mesma não tenha um processo rápido de fazer valer uma disposição que foi desencadeada em Janeiro e que a Câmara tenha acabado por licenciar a obra retirando na prática ao processo que se encontra em Tribunal a razão de ser de uma condenação; pois a obra neste momento já está licenciada - embora haja desobediência qualificada".

Prosseguindo disse perfilhar a ideia do Presidente da Câmara, considerando que é sem dúvida necessário moralizar situações, moralizar a vida pública, quer ao nível local que é aquela a que nós temos acesso mais de perto, quer ainda ao nível central, e portanto é necessário que a Câmara faça valer a sua força para impedir uma obra que estava a ser desenvolvida erradamente; e isto não tem nada que ver contra os empreendedores ou qualquer cidadão deste País - simplesmente existem leis a que todos nos devemos subordinar.

Usando novamente da palavra o Presidente da Câmara, disse que a capacidade da Câmara numa situação de não respeito pelo embargo, é mesmo e só participar ao Tribunal.

É certo que pode funcionar a demolição, se considerarmos que a obra é clandestina - mas agora pergunta-se - dada que a Câmara tinha conhecimento da obra uma vez que vendeu o terreno, foi a Câmara que licenciou os caboucos, foi acompanhando todo o processo e a determinada altura constata-se que os pilares que estão a ser levantados não correspondem aos cálculos de betão, que são parte integrante do processo de obras. E aqui é que se levantou

Pires
dos Santos

o ponto fulcral da questão. É evidente que segundo os Técnicos as diferenças encontradas não afectam a segurança do edifício; mas era preciso provar que não afectava, e daí resultou o embargo. A partir do momento em que estão preenchidos todos os requisitos para o licenciamento da obra, a Câmara não teve outra alternativa que não fosse a concessão da referida licença. A finalizar disse pensar que esta actuação da Câmara, valeu a pena, dado que, sente-se já um certo cuidado por parte de determinados empreiteiros, que só iniciam as obras, depois de estarem na posse de todos os elementos.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Pires dos Santos, que começou por referir que o processo da obra em debate foi complicado e difícil, dada a dificuldade por parte do empreendedor em submeter-se às regras que a lei lhe impunha; cujo não cumprimento motivaram a participação a Tribunal. Ao fazer o balanço desta actuação, verifica-se que apesar de tudo, teve um saldo positivo, na medida em que se moralizaram situações que eventualmente possam surgir por parte de outros empreendedores, no que se refere a tipos de actuação semelhante.

Aproveitou ainda o ensejo para lamentar o facto do aproveitamento desta circunstância por parte de certas forças políticas, no sentido de fazerem querer que existe divisões no seio da Câmara, o que não corresponde de modo nenhum à verdade. Como nota final e no caso em apreço, referiu que a Câmara e todos os seus membros estão solidários entre si.

Usou seguidamente da palavra o Vogal António Ferreira da Silva, que manifestou a sua satisfação pelos esclarecimentos dados, quer pelo Snr. Presidente da Câmara, quer pelo Vereador Pires dos Santos, na medida em que dissipam qualquer dúvida quanto ao modo de actuação da Câmara em todo este processo, quer ainda quanto à coesão do elenco Camarário, dado que pelas declarações aqui feitas se mantém coeso o que apraz registar.

Também fez questão em tornar público e por aquinho que lhe é dado conhecer - o Pelouro das Obras, tem desenvolvido acção meritória. Disse também que quando levanta o problema nesta Assembleia, é pelo facto de que, não houve qualquer desmentido por parte da Câmara à notícia publicada no "Expresso", o que

Handwritten signature and initials
10.

do seu ponto de vista considera grave. Prosseguindo disse ainda, ser bom ouvir aqui nesta Assembleia, que foi a Câmara que fez a queixa-crime ao Tribunal - logo a Judiciária não aparece em todo este processo por outro meio senão, o resultante da queixa por parte do Município. A finalizar e uma vez que a obra está licenciada, sugeriu que a Câmara deveria retirar a queixa em Tribunal, pois do seu ponto de vista considera esgotado o motivo que deu origem à mesma.

Usou seguidamente da palavra o Presidente da Câmara, agradecendo a sugestão e informando que tencionava colocar o problema antes do período da ordem do dia numa próxima reunião.

Neste momento entrou o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Usou da palavra o Vereador Victor Silva, que se referiu à questão do Parque de Estacionamento, junto à Passagem Superior da Av. 25 de Abril; disse ser do seu conhecimento e ter consciência do problema, tendo sido dado já instruções aos Serviços Técnicos para estudarem uma solução para o referido local, aguardando-se que a breve trecho esta seja encontrada.

No âmbito da questão relativa à Praça de Melo Freitas, usou da palavra o Presidente da Câmara, que reconheceu ser Aveiro, uma das poucas cidades que não tem uma zona de peões. Informou que no Plano do G.T.L., para 88, estava previsto o tratamento da Praça Melo Freitas, acontece no entanto que se tomou a decisão de que enquanto estiver em construção o edifício da Cooperativa a "Barrica", não mexer naquela zona, dado que as obras que neste momento decorrem no local, nomeadamente Estação Elevatória de Esgotos, não aconselham para já uma mexida na referida Praça, deixando-se esse trabalho programado para daqui a três meses.

Usou seguidamente da palavra o Presidente da Mesa, para informar acerca da deslocação a Oytã, de uma representação da Câmara. Representação essa com todas as despesas asseguradas pelo Município Japonês, e que foi composta por três elementos: - Presidente da Assembleia Municipal; Presidente da Câmara e um Vereador. Referiu também que os restantes acompanhantes deste grupo viajou a expensas próprias.

Seguidamente e relacionado com o incêndio na Baixa Lisboaeta, o Presidente submeteu à Mesa a proposta do

Handwritten signature and number 1.

do Vogal José Luís Christo, que propõe um voto de solidariedade para com a Assembleia Municipal de Lisboa, face à enorme tragédia que assolou parte da Baixa Lisboeta.

Submetida a proposta à votação mereceu a mesma aprovação por unanimidade.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Assembleia, submeteu à discussão e votação as seguintes actas:

ACTA Nº 41

Aprovada por dezasseis votos a favor e três abstenções;

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo, nos seguintes termos: - "Abstive-me na votação desta acta, sobre a qual suscitei, quando ela já veio à votação nesta Assembleia Municipal, algumas dúvidas de redacção quanto às minhas intervenções sobre o Relatório de Actividades de 1986, as quais não pude esclarecer, em função da minha vida profissional, que não me permite vir aqui à Câmara ouvir a gravação e portanto propôr as correcções que achava conveniente; dessa forma abstive-me".

ACTA Nº 42

Aprovada por dezoito votos a favor e uma abstenção;

ACTA Nº 43

Aprovada por unanimidade;

ACTA Nº 44

Aprovada por dezassete votos a favor e duas abstenções;

ACTA Nº 45

Aprovada por dezassete votos a favor e duas abstenções;

[Handwritten signature]
12.

ACTA Nº 46

Aprovada por dezasseis votos a favor e três
abstenções;

ACTA Nº 47

Aprovada por dezasseis votos a favor e três
abstenções.

Terminado o período de antes da ordem do dia,
passou-se à Ordem de Trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 7 - CONTAS DE GERÊNCIA RELATIVAS
A 1987 - CÂMARA E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Usou da palavra o Chefe de Repartição Rui Barros,
que deu esclarecimentos de carácter legal, posto o que o Presidente
da Mesa, submeteu à discussão e votação o referido ponto, ten-
do este merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº 8 - RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DE 1987-
CÂMARA:

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo que
referiu o facto deste Relatório 87, se apresentar melhor que os
anteriores. Em anos transactos teve o cuidado de chamar atenção
para o péssimo modo como estes vinham elaborados e o certo é que

Handwritten signature and date: 13.

de ano para ano se vem notando uma melhoria na elaboração dos mesmos.

No Relatório em apreço, considera este Vogal que se passou de um extremo ao outro, na medida em que o mesmo se apresenta com um grande volume de paginação, o que não significa de modo nenhum que contenha tantas informações quanto seria de desejar. Contém muitas informações é certo! informações que são muito úteis; mas realmente resolveu-se inserir e na opinião daquele Vogal, descabidamente - uma série de informações que não devem constar de um Relatório de Actividades, nomeadamente com a transcrição de discursos - é sem dúvida uma honra para Aveiro que o Snr. Presidente da República se tenha deslocado a esta cidade, mas não é caso para se fazer a transcrição de todas as intervenções feitas na altura; nem é caso também a propósito do processo para a construção de Fogos em Santiago, que já foi enaltecido como é óbvio, fazer-se a transcrição de toda a documentação relativa a esses eventos, que são uma série infindável de páginas e até porque existe um Boletim Informativo, onde tal informação poderia ser inserida.

Prosseguindo disse continuar a pensar que um Relatório das actividades Municipais deve ser a transcrição exacta da actividade que a Câmara desenvolveu e por outro lado deveria merecer uma atenção maior em relação a trabalhos que se propôs executar nesse ano e que não o foram; tendo em vista a justificação das razões porque o não foram. Portanto considerou estes aspectos como lacunas do Relatório, as quais poderiam ter sido colmatadas, tornando o Relatório muito mais completo, em vez da inserção de toda a documentação que foi referida.

Por outro lado pensa que também se recorreu demasiado a Relatórios parcelares dos vários serviços e que não foram tratados em termos de homogeneidade do Relatório, acabando por se constatar que há em relação aos vários objectivos da Câmara um tratamento diferenciado; havendo em alguns casos uma informação exhaustiva de tudo o que se fez ao pormenor e noutros casos não existe qualquer tipo de informação que permita avaliar o tipo de trabalho que se desenvolveu, traduzindo-se isto numa não homogeneidade do mesmo, dado que todo o seu conteúdo incidiu em relatórios parcelares de alguns serviços.

Handwritten signature and number 14.

Considerou finalmente que a inserção no Relatório de todos os Mapas que são parte integrante do Relatório, uns mais valiosos que outros, são um significativo avanço para a sua leitura e compreensão, pois fornece uma série de dados informativos a todos os membros da Assembleia, o que é manifestamente louvável.

Seguidamente começou por analisar e comentar aspectos pontuais dos vários objectivos - no Capítulo da Educação - Objectivo 01 - referiu estar bastante bem elaborado, dado que a informação é complementada por Mapas, de localização, de Escolas e Jardins de Infância que existem no concelho, o que dá sem dúvida uma panorâmica mais completa sobre este objectivo.

No que se refere ao objectivo 02 - Cultura - e na parte respeitante à atribuição de subsídios e apesar da actividade desenvolvida no campo da Cultura, ser bastante assinalável, considera aquele Vogal ser necessário a criação de uma Comissão Municipal de Cultura. Tem sido referido pelo responsável pelo Pelouro da Cultura, que apesar da inexistência desta Comissão, têm sido promovidas muitas iniciativas - é um facto - mas faltará saber-se se essas actividades são realmente as mais aconselháveis e quais os critérios de atribuição ou de rejeição da concessão de subsídios; a que uma Comissão Municipal de Cultura, poderia sem dúvida dar uma melhor cobertura.

Por outro lado e no que se refere ao Plano de Actividades, disse verificar-se que algumas das rúbricas que constavam do mesmo e que lhe pareceram e presume que a toda a Assembleia, de grande alcance como por exemplo: o Arquivo Histórico Municipal; o Arquivo Fotográfico e Videoteca; a Recolha de Azulejaria; Recolha Etnográfica, o Levantamento Histórico Cultural; o Museu Municipal e o Museu da Ria; não avançaram - e não tiveram portanto qualquer desenvolvimento, pelo que solicitou esclarecimentos sobre estes aspectos.

Prosseguindo a sua intervenção abordou aspectos relacionados com a prática desportiva. Em tempo foi dito aqui nesta Assembleia por membros do Executivo Municipal, que quando se tentou dar uma atenção especial à dinamização da Juventude

Handwritten signature and initials
15.

para a prática desportiva - surpreendentemente tinha-se verificado que essa Juventude só tinha surgido na Câmara a sugerir a realização de Festivais Rock. Disse acreditar na Juventude, e que só por circunstâncias anómalas isso poderá ter acontecido. O que se verifica sem dúvida é que se abandonou qualquer tipo de actividade virada para o apoio da prática desportiva à juventude. Considerou ser mau que isto aconteça, pois entende que a juventude merece uma especial atenção, um certo encaminhamento e incentivo e por conseguinte deve-se promover a dinamização das instalações desportivas, situadas não só na cidade como em todo o concelho; recorrendo-se inclusivamente aos serviços de um profissional, contratado especificamente para promover toda essa dinâmica, inclusivamente tendo em vista também a formação de monitores desportivos.

Seguidamente quis saber quais os critérios adoptados pelo Município, no que se refere à concessão de subsídios às seguintes Colectividades Desportivas: Clube Povo de Esqueira; Sport Clube Beira-Mar; Sporting Clube de Aveiro e Clube dos Galitos.

No âmbito do equipamento Social que o Município em boa hora tem vindo a construir por todo o conselho, sugeriu também a dinamização desses espaços, dado que as Juntas de Freguesia têm recursos limitados para promoverem essa dinamização.

Focando seguidamente aspectos do Planeamento Urbanístico, salientou que em alguns dos projectos importantes a que esta Câmara se abalançou, parece ter havido alguma precipitação no lançamento desses projectos, dado que na realidade se tem vindo a verificar a revisão dos mesmos. E senão vejamos foi aprovado o projecto do Cojo - chamou-se posteriormente atenção para a sua excessiva densificação - voltou atrás para ser revisado; o projecto de Sá-Barrocas, refere o Relatório que está em revisão; a Passagem Superior da Av. 25 de Abril, teve necessidade de Revisões; o programa da Zona Central está também em revisão perante este panorama manifestou o desejo de lhe ser dada uma explicação para esta situação, dado tratar-se de projectos de tal forma importantes que deveriam surgir na fase de aprovação da Câmara ou da Assembleia Municipal, devidamente amadurecidos

Luís
Christo
16.

e quase sem necessidade de revisão.

Chamou seguidamente atenção para o facto de não se fazer qualquer referência aos objectivos 07 e 08, respectivamente Protecção Civil e Mercados e Feiras. No que se refere a este último entende este Vogal e dado que há situações importantes, deveriam todos os membros desta Assembleia ter acesso à informação da Câmara - cita-se por exemplo o caso dos novos Mercados, que têm vindo a ser implementados e sobre os quais não se diz absolutamente nada neste Relatório e também sobre o velho problema do Mercado de Origem, não existe qualquer referência neste Relatório; reputou estes dois aspectos importantes, pelo que se deveria ter dedicado um pouco mais de atenção a estes dois aspectos.

NO Capítulo do Meio Ambiente focou aspectos que considera importantes e sobre os quais nada se foca neste Relatório e que se referem concretamente ao ajardinamento dos Bairros Sociais, ao Mobiliário Urbano; supõe que nada se fez neste sentido, dado que o Relatório não o menciona. A finalizar manifestou o desejo de ver realizados estes trabalhos.

Entretanto saiu da Sala o Vogal José Luís Christo.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal António Ferreira da Silva, que apontou como lacuna a este Relatório o facto de o mesmo não dar uma panorâmica rápida nos que respeita a trabalho não executado, bem como as razões que motivaram a sua não execução. Sugerindo que futuramente em cada objectivo se passe a mencionar aspectos que não foram cumpridos, fundamentando as razões desse não cumprimento.

Ainda no âmbito da análise do Relatório usou da palavra o Vogal Joaquim Mendonça, que fez referência ao facto de a Autarquia acusar o Governo Central, de contradições no processo de construção do Complexo das Piscinas - a seu ver não lhe parece correcta esta acusação, pois o Município sabia ou devia saber que não lhe competia abrir um concurso para uma empreitada em que não era a entidade participada. A participação vinha direita a uma entidade que não a Câmara Municipal e por tal facto não devia estar autorizada a abrir concursos públicos ou privados, limitados, para uma obra que só indirectamente lhe dizia respeito. Finalizando a sua intervenção, disse que

Shiny
17.

acusar os serviços estatais pela parte negativa no desenrolar de todo o processo, não parece àquele Vogal muito correcto.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Victor Silva e referindo-se ao Relatório disse que a filosofia que presidiu à feitura do mesmo, foi o de evidenciar o trabalho desenvolvido durante o ano e que estava efectivamente no Plano de Actividades. Admitiu o não cumprimento na íntegra do próprio Plano, no entanto pôs-se à disposição da Assembleia para o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre trabalhos que estavam em Plano e não foram executados.

Respondendo às questões que foram colocadas referiu-se à Escola de Cabo Luís e a toda a problemática surgida ultimamente em torno do seu arranque. Chegou-se a ter o concurso pronto para lançar a obra; só que entretanto levantaram-se dúvidas quanto à conveniência da instalação da Escola naquele local e daí a obra não ter arrancado.

No que se refere à constituição de uma Comissão Municipal de Cultura, disse que gostaria que este problema fosse abordado pelo responsável do Pelouro da Cultura, embora a sua opinião pessoal, seja de que, as actividades culturais têm andado bem em Aveiro. No que se refere ao Museu Municipal, está a ser feita a recolha de material para um possível espaço, que se pensa venha a ser, as instalações do antigo Banco Ultramarino. A Videoteca funciona, o Museu da Ria também se poderá dizer que não está de todo parado, dado que foram adquiridas várias embarcações tradicionais da Ria de Aveiro, tendo em vista o fim que ^{se}pretende e continua-se a fazer aquisições de todo o material que se considere útil, para a constituição do futuro Museu. No capítulo do apoio às massas juvenis, pretendeu-se de algum modo dar ocupação à Juventude, através da colocação destes Jovens quer no M.E. R.E.C.; no G.T.L.; nos O.T.L.; bem como ainda ocupados em tarefas sob a orientação da Câmara Municipal, o que traduz bem o empenho do Município neste aspecto.

No âmbito da dinamização das instalações desportivas, disse haver um protocolo com o Ciclo, encontrando-se este Pavilhão ocupado a 100%. Relativamente ao Pavilhão do Recinto de Feiras e Exposições, existe também um protocolo com a Direcção Geral de Desportos em que a taxa de ocupação é bastante elevada.

Neste momento é interpelado pelo Vogal Carlos Jerónimo, que manifestou o desejo de particularizar melhor o que efectivamente pretendeu dizer, aquando da sua intervenção neste ponto, referindo concretamente que as instalações desportivas existem - a Câmara Municipal fez um grande esforço nesse sentido é reconhecido. "particularizando refiro-me à organização de Jogos para a Juventude - pôr a Juventude a praticar, não deixar apenas o desporto entregue à competição. Entendo que se deve fazer formação".

Retomando a palavra o Vereador Victor Silva, disse julgar ser das atribuições da Câmara Municipal, pôr à disposição das camadas jovens, instalações e equipamento para a prática do desporto, isto numa primeira fase; noutra fase competirá aos Clubes, tomarem as iniciativas de promoverem as actividades desportivas.

No que se refere ao Capítulo dos subsídios, disse que os mesmos são na sua generalidade atribuídos depois de uma análise caso a caso e em função também do Plano de Actividades que cada Colectividade Cultural ou Desportiva apresenta e também em função da dinâmica própria que cada um desenvolve. No caso do Clube do Galitos por exemplo foram atribuídos subsídios tendentes a libertar a hipoteca deste Clube; o Beira-Mar foi contemplado também com uma verba pelo facto de ter ascendido à Divisão maior do Futebol Nacional; o Clube de Esgueira, também foi contemplado por ter subido de Divisão - são estas em suma as razões que motivaram a atribuição dos referidos subsídios.

Fazendo nova interpelação o Vogal Carlos Jerónimo, referiu que aquilo que pretendia ver esclarecido era se os subsídios atribuídos foram para pagar a Jogadores Profissionais ou se foram para aquisição de equipamentos ou melhoria de instalações! era este aspecto fundamentalmente que queria ver esclarecido.

Retomando a palavra o Vereador Victor Silva, disse que estes subsídios não foram para pagamento a Jogadores Profissionais, mas sim para aquisição de bens e melhoria de instalações tendentes a melhorar o património dos Clubes. Quanto ao critério dos montantes dos subsídios distribuídos, prende-se com as actividades desenvolvidas por cada um deles.

Relativamente ao Mercado de Origem aquele Vereador, disse existir uma política determinada pela Administração

Pires
19.

Central, para a construção destes Mercados; acontece que Aveiro, não foi contemplada com qualquer participação dos Fundos Comunitários, para este tipo de construções. No entanto informou que o que se está a tentar e o que se pensa venha a ser contemplado com participações através do F.E.O.G.A., é o Mercado Abastecedor. Finalmente admitiu ter havido lapso no facto de não se fazer qualquer referência no Relatório aos objectivos 07 e 08, para os quais se chamou atenção.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Pires dos Santos e no âmbito das questões levantadas à cerca da política de habitação desenvolvida pelo Município, nomeadamente no caso da "Cooperativa Chave", referiu que os assuntos relacionados com esta Cooperativa tem sido tratados directamente pelo Snr. Presidente da Câmara, no entanto poder-se-á dar uma panorâmica de toda a dinâmica respeitante a este problema - disse pensar que esta Cooperativa tem sido pouco dinâmica, em termos de encontrar soluções para os seus problemas. Com a construção da Habitação Social em Santiago a Cooperativa Chave, foi contactada pelo Município no sentido de a Câmara através de um acordo com o I.G.A.P.H.E. e a EDIFER, promoverem a construção das habitações.

Decorreram algumas negociações tendentes a achar-se uma plataforma de acordo - no entanto parece que se goraram as expectativas e a Cooperativa Chave, veio a desinteressar-se não obstante alguns dos seus membros manifestarem o seu interesse.

No que respeita à recuperação de habitação degradada admitiu a dificuldade que se faz sentir na resolução deste problema, dado o antagonismo de interesses entre senhorios e inquilinos. O que se tem feito neste aspecto e dado que não tem havido transferência de verbas por parte da Administração Central para as Autarquias, para fazer face a estes problemas, é chamar-se tanto o senhorio como o inquilino e fazê-los sentir que é de interesse de ambos a recuperação da habitação degradada. Considerou seguidamente que tem havido uma percentagem de êxito considerável, com este tipo de actuação.

No âmbito da questão levantada à cerca de uma certa precipitação no lançamento dos projectos; dadas as revisões sucessivas a que têm sido sujeitos, nomeadamente Zona do Cojo; Sá Barrocas, Plano de Pormenor do Centro etc.. Disse entender ser salutar que a Câmara reveja estas situações - quando se refere ao

Aluis
Aluis

Cojo, disse ter sido a oposição que levantou o problema aqui nesta Assembleia, chamando atenção para a excessiva densificação daquele Plano; no que se refere ao Plano de Sá-Barrocas, foi também problemas relacionados com o B.I.A., que impuseram a necessidade de revisão; quanto ao Plano de Pormenor do Centro, constatou-se também a sua excessiva densificação e daí resultar a sua revisão. Estes projectos e a seu tempo baixarão a esta Assembleia Municipal.

No que se refere ao ajardinamento de Bairros Sociais, toda aquela zona entre os dois Blocos do Bairro Social de Santiago, promoveu-se adjudicação dos trabalhos de ajardinamento, os quais terão início dentro de um curto espaço de tempo.

No aspecto do mobiliário urbano de apoio a estes Bairros, referiu que está a concurso público a aquisição deste material, nomeadamente a aquisição de Kiosks, a espalhar por vários pontos da cidade.

A concluir a sua intervenção, referiu o facto de terem sido feitas algumas observações ao Orçamento, nomeadamente pelo facto de conter um exagerado volume de papel e não fazer referência a alguns aspectos considerados importantes. Admitiu que a informação tem destas cambiantes - a informação é sempre um pouco subjectiva; quem informa, informa aquilo que pensa que é mais importante. Por outro lado quem recebe informação, não receberá tanta informação e com tanta qualidade como aquela que seria desejável - isso verifica-se a cada passo na Comunicação Social. O próprio jornalista, segundo o critério dele publica aquilo que considera de mais interesse. Admitiu também que tenha havido algum exagero de papel, mas são problemas que a pouco e pouco e com as críticas que vão surgindo àquilo que fazemos, vamos tentando melhorar. Nota-se no entanto um esforço que tem sido feito nesse sentido e de futuro tudo se fará para que melhore.

Seguidamente o Presidente da Mesa submeteu à votação o PONTO Nº 8 ; da convocatória - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 1987 - CÂMARA ; tendo merecido aprovação por catorze votos a favor, três abstenções e um contra.

Seguiram-se duas declarações de voto respectivamente do Vogal Gaspar Fernandes, nos seguintes termos: - "votei contra, como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, dado que parte das obras que estavam previstas, ficaram para trás. De maneira que farei votos para que no próximo ano vote favoravelmente,

Handwritten signature and scribbles
21.

assim o desejo - tenho dito".

Seguiu-se o Vogal Carlos Jerónimo, nos seguintes termos: - "quero dizer que me abstive, mas na minha declaração de voto ratifico as considerações que fiz na generalidade. à reacção do esforço que a Câmara - penso que por alguma influência das nossas intervenções na Assembleia Municipal - o esforço que a Câmara, repito, tem feito para melhorar a informação que presta a esta Assembleia. No entanto este conceito técnico deverá abster na medida em que algumas das reticências que eu coloquei, não puderam ser esclarecidas com a profundidade desejável, pelos elementos da Câmara aqui presentes; na ausência do Snr. Presidente e do Snr. Professor Celso Santos".

PONTO Nº 8 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 1987-
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Usou da palavra o Vereador Victor Silva, que fez a apresentação do referido Relatório e pôs-se ao dispôr da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Usou novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que fez salientar o facto de constar também neste Relatório, vários Mapas, que ajudam a uma melhor interpretação do mesmo e reflectem a actividade desenvolvida pelos S. Municipalizados, congratulando-se por tal facto.

Após breve troca de impressões e dado que mais ninguém usou da palavra, o Presidente da Mesa, submeteu à votação o referido Relatório, tendo este merecido aprovação por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24,00 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.